



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO PARTICIPATIVA DA
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR SEBASTIÃO GOMES GUIMARÃES**

IRENE APARECIDA PINHEIRO DE SOUZA

BELO HORIZONTE, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A GESTÃO PARTICIPATIVA DA
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR SEBASTIÃO GOMES GUIMARÃES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Elaine Kendall Santana Silva

BELO HORIZONTE, 2010
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

A GESTÃO PARTICIPATIVA DA
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR SEBASTIÃO GOMES GUIMARÃES

IRENE APARECIDA PINHEIRO DE SOUZA

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em de de 2011 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

Professora Elaine Kendall Santana Silva

(Orientadora)

Belo Horizonte, de de 2010

Dedico este trabalho a todos os funcionários da escola em que atuo. Pessoas que, através do comprometimento e dedicação no trabalho tornam-se co-responsáveis pelo desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Agradeço à amiga Márcia pelo incentivo, compreensão e carinho nestes momentos de trabalho e comprometimento. A professora Orientadora Elaine Kendall Santana Silva pelo auxílio no desenvolvimento do presente trabalho.

A escola somente será realmente democrática quando houver real participação de todos os seus membros e o Conselho Escolar é o espaço que procura garantir essa democracia, reunindo diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para analisar e discutir questões relevantes ao bom andamento da comunidade escolar, definir metas e mudanças além de acompanhar o trabalho desenvolvido pela escola e principalmente todo o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola, “que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos.” (Navarro et al.)

Paulo Freire

RESUMO

O presente texto tem como objetivo analisar a participação dos diretores, professores e demais funcionários na gestão democrática da Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Essa análise terá como estrutura de desenvolvimento um breve relato sobre como ocorreu à democratização das escolas públicas no Brasil tendo como premissa a gestão democrática. A seguir, far-se-á uma comparação entre o PPP da Escola e a efetivação da gestão democrática levando em consideração a participação de todos os segmentos da Escola.

Palavras-chave: Gestão, participação, comunidade, projeto, pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
GESTÃO PARTICIPATIVA: mais que um direito, um dever	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22
ANEXO Projeto Político-Pedagógico.....	24

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre o PPP da Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães, situada na cidade de Divinópolis, MG, com o objetivo de analisar a participação de todos os funcionários na gestão democrática da escola. Antes de iniciar a análise torna-se necessário observar que a comunidade escolar foi estimulada a participar do processo de construção do PPP. Dessa forma, tornou-se mais fácil superar as dificuldades encontradas e só foi possível a construção de maneira realmente coletiva devido à forma como a Escola está organizada.

A escola está organizada de modo a facilitar a participação coletiva. Com um colegiado atuante e disposto a manter-se informado das diretrizes pedagógicas, projetos em andamento além de opinar sobre a utilização das verbas e quais os materiais a serem adquiridos pela escola, para isso, utiliza de reuniões mensais.

Com o objetivo de buscar a integração entre o social, a vivência, o resgate de valores e o conhecimento formal através dos projetos pedagógicos e buscar acreditando que na relação entre professor e aluno a escola investe no respeito à diversidade cultural, respeitando as diversificadas experiências dentro de uma mesma cultura.

O trabalho coletivo e o acompanhamento aos professores por parte da equipe diretiva e pedagógica da escola facilitaram a escrita do projeto, assim como o trabalho com o colegiado e com os pais da comunidade, sem os quais, o trabalho verdadeiramente coletivo do projeto não seria possível.

Portanto, o processo de construção e implementação do projeto político pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair no vazio, não pode prescindir da participação ativamente envolvidos atores locais...(AZEVEDO, 2008)

O PPP da Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães ratifica que esta instituição é um espaço onde todos são ouvidos, um local aberto que estimula o exercício da reflexão, do diálogo e da construção do conhecimento formal, voltado para as necessidades dos educandos, onde professores e estudantes estão sempre aprendendo.

Pode ser notada a participação do grupo de funcionários nos diversos assuntos referentes à Escola, destacando o trabalho coletivo que favorece a democratização para os processos de decisão dentro da instituição escolar, manifestados na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola.

GESTÃO PARTICIPATIVA: mais que um direito, um dever.

Garantir a Educação a todas as pessoas é realmente um desafio que os países menos desenvolvidos enfrentam. O direito à educação foi garantido no ano de 1959, na Declaração Universal dos Direitos da Criança, quando a principal preocupação era garantir educação gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares de escolarização para todas as crianças e educação especial à criança física ou mentalmente deficiente, ou que sofresse de algum impedimento social.

Segundo Barreto (2009) somente no final do século XX que se consegue colocar praticamente todas as crianças entre 7 e 14 anos na escola. Nas décadas anteriores os políticos pressionavam a abertura de novas escolas para atender às necessidades de seus eleitores e essa intervenção era interpretada como um favor feito aos que neles votavam. Neste momento os professores da escola pública mantinham distância das famílias para afirmar sua autoridade pedagógica e mostrar que dentro da escola pública não haveria clientelismos.

Essa situação começou a mudar a partir da constituição de 1988 que modificou os conceitos e objetivos da educação tornando-a mais democrática de modo a atender a classe trabalhadora que necessita de qualificação profissional e vê na educação uma maneira de desenvolver habilidades cognitivas e comportamentais e adquirir conhecimento. O processo de redemocratização do Brasil também influenciou a descentralização da gestão escolar. Permitiu-se uma maior participação da comunidade escolar e dos funcionários da escola nos processos de decisão com a aprovação da Lei de Diretrizes Bases (LDB) de 1996 que referenda a gestão democrática na escola pública como um dos princípios básicos da Educação Nacional.

...Isto é, a lei não conceitua, como vimos, o que é gestão democrática, mesmo que defina elementos básicos para a sua consecução. Logo precisamos mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a idéia de gestão como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas para o desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado pelo diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às inúmeras informações aos sujeitos da escola. (Souza, 2005, p.15)

A autonomia da escola para experienciar uma gestão participativa também está prevista no art. 17 da LDB, que afirma: “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. A LDB é mais precisa ainda, nesse sentido, no seu art. 14, quando afirma que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, de participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Como estabelece o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades” e uns dos princípios para que isso aconteça é a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Se a educação é para todos, que todos possam ter uma educação realmente de qualidade. E para que esta qualidade aconteça é de fundamental importância a valorização da educação em todos os seus sentidos. Os estudantes precisam reconhecer a importância de seus estudos. Os pais e responsáveis por esses estudantes, principais motivadores desses educandos, precisam estar conscientes da importância de uma boa educação no futuro de seus filhos. Os educadores precisam de estímulos para dedicar-se cada vez mais à formação acadêmica de seus alunos. O Estado precisa valorizar sempre seus educadores e repensar sempre as maneiras de avaliação da educação. No Projeto Político Pedagógico da Escola, observa-se um grande amadurecimento do grupo a cerca da gestão democrática.

Por acreditar que uma equipe bem composta, precisa ser formada por parcerias, a Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães propõe que essas parcerias não sejam apenas entre o grupo de professores ou a equipe de profissionais da escola, mas principalmente com os seus alunos, pois são eles os elementos fundamentais no processo ensino e aprendizagem.

Sendo o aluno, integrante de um dos grupos que compõem a escola, é necessária uma boa interação entre educando, professor e gestor, para que o processo de ensino e aprendizagem se efetive de forma tranquila, trazendo bons resultados acadêmicos, sociais e pessoais.

Assim, o PPP da Escola Municipal Doutor Sebastião Guimarães prevê o envolvimento de professores e alunos no trabalho coletivo, pois este é o principal instrumento dentro de uma

gestão democrática, porque permite sair de uma tradição histórica de centralização das decisões, para defrontar-se com uma outra realidade que valoriza o local como espaço de decisões.

“Mas é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais, comunidade. De um lado, esses ritos e práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola, com as características da comunidade em que se insere, com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si. De outro lado, é a institucionalização daquelas práticas que torna a escola uma instituição social, forjando as regras pelas quais ela exerce os seus papéis fundamentais: criação e transmissão de saberes, socialização dos futuros cidadãos, desenvolvimento de competências profissionais, tudo de acordo com seus limites e possibilidades”. (AZEVEDO, 2009. p.2)

A função dos professores então, não se caracteriza simplesmente na transmissão dos saberes. É bem mais que isso. O professor é um grande aliado do diretor para efetivação de uma gestão democrática, na busca da qualidade na educação, pois como afirma Cury (2009.p.11) “a gestão do projeto pedagógico é tarefa coletiva do corpo docente, liderado pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de um outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade”.

Dessa maneira, professor e gestor caminham juntos rumo à qualidade na educação. Já afirmava Navarro,

“Numa educação emancipadora, o sentido de “qualidade” precisa ser decorrente do desenvolvimento das relações sociais (políticas, econômicas e culturais) contextualizadas e sua gestão deve contribuir para o fortalecimento da escola pública, construindo uma relação efetiva entre a democratização e qualidade”. (NAVARRO, 2004, p.2)

A parceria entre o gestor e o professor, precisa ser evidenciada também no Colegiado da escola, pois é lá que são tomadas as maiores decisões com relação à Escola, pois de acordo com a Secretaria de Educação Básica (2004) “o Conselho Escolar se constitui na própria expressão da escola, como seu instrumento de tomada de decisão”.

O Colegiado Escolar da é um órgão de democracia representativa e dele fazem parte os representantes dos diversos segmentos da escola, não somente professores, como funcionários do quadro administrativo, alunos com mais de 16 anos, pais de alunos e pessoas da comunidade local. Logo o Colegiado é o órgão responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia-a-dia da escola, tanto no campo pedagógico como no administrativo e financeiro.

Mais do que serem consultados e fiscalizarem a utilização destes recursos, aos membros do Colegiado é garantido o direito de deliberar sobre eles verbas destinadas à Escola. Por isso, todos precisam conhecer as verbas que são repassadas às escolas, provindas do FNDE e do FUNDEF, a legislação, os indicadores educacionais e a realidade do bairro e da escola para que possam analisá-los. Afinal, são estes recursos financeiros que os apoiarão em sua prática pedagógica e poderão propiciar os ambientes e materiais que facilitarão, ou não, o trabalho com o aluno.

Observa-se a gestão democrática da Escola Doutor Sebastião Guimarães na criação de momentos coletivos de decisões, na participação ativa do Colegiado, nos momentos de planejamentos pedagógicos. Na opção do currículo a Escola opta pela pedagogia de projetos onde são trabalhados a contextualização do conhecimento construído, a integração entre o social, o resgate de valores, a sistematização do conhecimento formal e o no trabalho coletivo com os pais no sentido de apontar os avanços e dificuldades dos alunos e buscar soluções.

Como a eleição para diretor da Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães ocorre através da eleição direta com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, pais, alunos e funcionários da escola o diretor passa a ter a função de coordenar as atividades gerais da escola, articular, mediar e incentivar a participação nas ações colegiadas da escola, deixando de ser apenas um cargo burocrático que representa o desejo e responde às instâncias superiores de ensino.

Assim, compete ao diretor, dentre outros, o papel de articulador e incentivador da participação e de ações colegiadas na escola. Nessa ótica, constitui-se um passo fundamental a criação de órgãos colegiados que venham possibilitar o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais de alunos e a tomada de decisão em conjunto acerca das problemáticas em que a escola esteja envolvida, apontando para as soluções das mesmas. (DOURADO, MORAES, OLIVEIRA, 2009,p.1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as dificuldades encontradas em uma gestão democrática. O que a impulsiona a romper os obstáculos é o reconhecimento de que as decisões referentes à escola devem ser tomadas por pessoas que conhecem as reais necessidades da comunidade escolar, descentralizando a responsabilidade. Esta mudança de perspectiva é um fator que se mostra ser de grande enriquecimento para a comunidade escolar e reforça a idéia de ser imprescindível que os professores sejam parte integrante na gestão da escola.

Como nos fala Azevedo (2004, p.2), “saímos de uma tradição histórica de centralização das decisões, para nos defrontarmos com uma outra realidade, manifesta na valorização do local como espaço de decisão”.

A Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães prima pela descentralização do poder e busca a parceria de todos os envolvidos na comunidade escolar, principalmente os professores, personagem fundamental na participação democrática, por acreditar que todos são responsáveis pela educação e precisam ser referenciados. Em concordância com Navarro (2004, p.31), acredita-se que “numa educação emancipadora, cuja qualidade é socialmente referenciada, a prática educativa inclui a aprendizagem do estudante, mas não se restringe a ela”.

Acredita-se que uma escola de qualidade é aquela em que existe um clima favorável à aprendizagem onde os professores e gestores são líderes animadores em uma cultura de valorização da educação, mantendo um elo entre a comunidade local e toda a sociedade.

Pode-se afirmar que a metodologia de ensino adotada é conquista de muito estudo, leituras, palestras, discussões entre outros, feitos principalmente pelo grupo de professores, mas onde todos são ouvidos. Dessa maneira, a referida instituição caminha para um processo cada vez mais coeso de Gestão Democrática.

...Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é uma gestão de uma administração concreta. (CURY, 2009. p.23)

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Márcia Ângela. **Retratos da escola**. 2005. Texto disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 20/06/09.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógicoda gestão escolar**. Texto disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 20/02/09.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O DIREITO A EDUCAÇÃO: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2009. Texto disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 20/06/09.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAES, Karine Nunes de; OLIVEIRA, João Ferreira de, ESCOLA DE GESTORES – MEC. **O papel político pedagógico do diretor**. 2009. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 25/06/2009.

MINISTÈRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública**. Brasília: DF, 2004, p.23-27.

NAVARRO, Ignez Pinto. **O sentido de qualidade na educação**. MEC/SEB, 2004, p. 31-35. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte V)

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. **Planejamento e trabalho coletivo. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola** Caderno I da coleção e Avaliação da Escola Pública.p.15-22. 2005.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá, ESCOLA DE GESTORES – MEC. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação**. 2009. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 22/06/09.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 25/06/09.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2009. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20/06/2009.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al.]. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba :Ed. da UFPR. 2005.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS. LEI COMPLEMENTAR Nº 139, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

ANEXOS

- 17 -

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: compromisso das políticas públicas.

IRENE APARECIDA PINHEIRO DE SOUZA
MÁRCIA ROCHA FARIA
MARIA ÂNGELA GONÇALVES MACHADO

Belo Horizonte, 2010

ESCOLA MUNICIPAL “DOUTOR SEBASTIÃO GOMES GUIMARÃES”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: um compromisso das políticas públicas.

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães sob a orientação da Professora Elaine Kendall Santana Silva

Belo Horizonte

2010

- 19 -
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
FINALIDADES DA ESCOLA	06
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	08
CURRÍCULO.....	09
TEMPO ESCOLAR	11
PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
RELAÇÕES DE TRABALHO.....	17
AVALIAÇÃO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24
ANEXOS.....	26

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Dr. Sebastião Gomes Guimarães, está localizada à Rua Bayssur 561, bairro Maria Helena, no município de Divinópolis em Minas Gerais – e-mail drsebastiaogomes@gmail.com. Telefone (037)3212 6227. A escola atende a 41 alunos da educação infantil. 275 dos anos iniciais e 188 nos anos finais contando com 48 profissionais sendo 01 diretor escolar, 01 diretor pedagógico, 01 vice-diretor, 02 supervisores, 01 secretária, 01 auxiliar de secretaria, 28 professores, 01 técnico de informática, 01 auxiliar de biblioteca, 03 ajudantes de serviços gerais e 08 serventes escolares.

Em 2006, começou-se a pensar na construção do PPP (Projeto Político Pedagógico), através da antiga equipe gestora, funcionários, comunidade escolar, juntamente com a parceria da FCA. Esta parceria veio propiciar encontros semanais com pessoas capacitadas para discutir a elaboração e confecção do PPP da escola, mostrando os caminhos para se ter uma escola democrática, com a melhor qualidade de ensino. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e uma reflexão continua de todos os envolvidos no processo.

Por isso é de grande importância a implantação do Projeto Político Pedagógico na Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães, pois ele nos dará subsídios para termos a autonomia que almejamos contribuindo assim para uma escola de grande eficácia.

Toda a ação educativa pressupõe num complexo filosófico de valores e na visualização de objetivos a serem atingidos. Pela dinâmica da vida, das transformações cada vez mais rápidas e intensas ocorridas no mundo, as crenças, valores, base teórica e a própria prática também sofrem mudanças e como toda a construção humana, isso também acontece na educação. Sendo assim, uma escola comprometida com a formação para o exercício da cidadania tem que ser pensada em termos de vivência de valores universais, que são embasados em procedimentos éticos.

As reuniões que ocorrem na escola tem se revelado como um espaço único de trabalho coletivo, pois estes momentos, se bem planejados e bem coordenados, favorecem a troca de experiência entre os professores, e, sobretudo, proporcionam a construção de documentos reguladores do próprio trabalho. Os documentos construídos coletivamente tornam - se instrumentos de luta e resistência, colaborando para a autonomia e emancipação da escola. Todos os atores e coadjuvantes dos processos agem como sujeitos da reflexão e ação, e dessa forma, assumem a responsabilidade pela mudança ou pela manutenção de situações que se transformam, pela reflexão, em fatores de desalienação.

FINALIDADE DA ESCOLA

A escola tem como finalidade formar cidadãos críticos, livres, autônomos, conscientes com competências cognitivas, atitudinais, relacionais e comunicativas para que ele viva e atue na sociedade. Além disso, pretende propiciar uma educação humana, inclusiva, globalizada que ao acompanhar as mudanças atuais, possibilitará ao educando a sua formação integral bem como a aquisição de habilidades e competências ao desenvolvimento de suas potencialidades.

A Escola Municipal Dr. Sebastião Gomes Guimarães embasada na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, ministra a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, observando, em cada modalidade, a legislação e as normas específicas aplicáveis.

Sendo a escola um local onde se desenvolve um processo de transformação, também promoverá o engrandecimento do ser humano, através de sua permanência na mesma. Para que isto aconteça, busca-se forma prazerosa de trabalhar de acordo com as necessidades do meio onde a escola está inserida e o perfil de nosso alunado.

Procura-se também traçar estratégias para tornar possível e eficaz a contextualização dos conteúdos programáticos, através de projetos, métodos e técnicas que façam da prática pedagógica algo que satisfaça os interesses da nossa clientela.

É importante ter-se a visão que a construção do conhecimento, não se dá somente entre quatro paredes de uma sala, mas saber valorizar os espaços que viabilizem esta construção, criando opções de enriquecimento do processo ensino-aprendizagem. Portanto, esta escola tem a finalidade de contribuir para integrar o homem a sociedade, mostrando-lhe as formas possíveis de interferir nas mudanças estruturais, fazendo uso das suas habilidades e tornando-se agente social e político, justo, consciente, reflexivo, crítico, solidário construtor de sua própria história.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Basicamente, a escola se constitui por uma organização estruturada nos âmbitos administrativos e pedagógicos. A estrutura administrativa é composta por elementos materiais, financeiros e de infraestrutura básicos ao apoio à ação pedagógica, ao passo que a estrutura pedagógica articula e organiza as funções educativas a fim de que a escola atinja seus objetivos básicos.

A Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães está situada numa região periférica da cidade de Divinópolis e atende alunos de quatro bairros distintos. O prédio possui onze salas de aula, uma sala de direção, uma secretaria, uma sala de professores, uma sala para a equipe pedagógica, uma cozinha com despensa, dois refeitórios, um depósito, uma biblioteca, um laboratório de Informática e um de Ciências, um almoxarifado, quatro banheiros utilizados pelos alunos, um banheiro para funcionários e um para portadores de necessidades especiais. Além desses espaços, contamos com pátio, quadra coberta, anfiteatro, jardins, horta e estacionamento, sala de multimeios.

Em relação aos equipamentos disponibilizados para a rotina escolar, há duas máquinas de xerox, dois televisores, dois aparelhos de DVD, retroprojektor, data show, câmera digital, equipamento de som. É mantida com recursos do município, através do convênio Caixa Escolar e do FNDE (PDE – Escola e PDDE), com suas respectivas dinâmicas de utilização.

Quanto à estrutura pedagógica, visando o processo de desenvolvimento da aprendizagem, a equipe pedagógica, juntamente com os professores, estão sempre atentos ao desenvolvimento dos alunos. Como já foi dito anteriormente, esta equipe é composta por quarenta e oito funcionários sendo 01 diretor escolar, 01 diretor pedagógico, 01 vice-diretor, 02 supervisores, 01 secretária, 01 auxiliar de secretaria, 28 professores, 01 técnico de informática, 01 auxiliar de biblioteca, 03 ajudantes de serviços gerais e 08 serventes escolares.

É essencial que a escola trabalhe possibilidades e limites incentivem a construção do conhecimento e se reconheça como mediadora de todo esse processo e ainda invista na valorização do profissional, intensificando a busca por uma educação de qualidade.

CURRÍCULO

O currículo tem por objetivo expressar a construção social do conhecimento e propor uma sistematização de meios para que esta construção se efetive. Para alcançar seu objetivo, o currículo deve refletir a concepção de educando e de sociedade que se quer formar, a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia do trabalho.

Conforme Veiga (1998), propostas de currículos são apresentadas, vinculadas as perspectivas emancipatórias, muitas vezes, sem que se proceda a uma análise da cultura escolar e de suas dinâmicas de interpretação e produção de sentidos para o currículo. Na elaboração do currículo da escola (anexo A) respeitando a base legal, temos como norteadores de nossas ações pedagógicas:

I – os princípios éticos da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;

II – os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;

III – os princípios culturais da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas.

É um importante elemento constitutivo da organização escolar. O currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm o mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente, de forma com que venha dar sustentação ao ensino/aprendizagem. Desde 2008, na rede municipal de ensino de Divinópolis, o ensino fundamental foi dividido em ciclos e anos finais. O primeiro ciclo (alfabetização) compreende o 1º, 2º e 3º anos de escolarização, o segundo ciclo (complementar) com 4º e 5º anos e anos finais do 6º ao 9º do ensino fundamental.

No ciclo de alfabetização o aluno vivencia a construção do conhecimento, é estimulado à leitura, à construção do número e da escrita. No ciclo complementar, é intensificada a correção, a sistematização e o processo de formalização, bem como nos anos finais do Ensino Fundamental. Reconhece-se a importância de tirar partido da diversidade. De tal forma, através da pedagogia de projetos, são trabalhados os conteúdos necessários à vivência do aluno, bem como os temas transversais, buscando a contextualização do conhecimento, fazendo uma inter-relação entre conteúdos, projetos e realidade dos educandos. Dessa forma a escola preza pela integração entre o social, a vivência, o resgate de valores e o conhecimento formal.

Na grade curricular constam aulas de Língua Portuguesa /Literatura; Matemática, Geografia, História Ciências, Educação Física, Ensino Religioso. E na parte diversificada Artes, LEM- Inglês e Geometria.

Os temas transversais são integrados a outras disciplinas, e trabalhados conforme exigências das leis: a Cultura Afro-Brasileira, Estudos sobre Direitos Humanos, Educação Ambiental e a Educação Fiscal esta, permeando todas as Áreas do conhecimento. (Lei Municipal nº 6526/2007).

TEMPO ESCOLAR

Espaço e tempo são dimensões organizacionais e de ações que se concretizam e indicam o caráter estrutural das concepções e das práticas pedagógicas no ambiente escolar. Nessa perspectiva, espaço e tempo não podem ser entendidos como neutros, pois sendo uma construção social expressam as relações sociais que neles se desenvolvem exteriorizando intenções individuais e coletivas que modificam e constroem o ambiente, favorecendo ou não um ambiente educativo fundamental à formação do sujeito.

Com o avanço científico-tecnológico, o tempo e o espaço passaram a ser dimensionados em função de novas possibilidades criadas pelo homem. A escola está situada num determinado espaço e tem que saber lidar com a simultaneidade e a complexidade do tempo de hoje. A escola pode ser um espaço de tempo de vivências democráticas. A vida escolar ocorre em um determinado tempo e em determinado espaço. À escola é atribuída a tarefa imensa de favorecer aos estudantes a compreensão do movimento dialético que impregna as relações entre o homem, a natureza e a cultura no cotidiano do tempo. Para exercer essa tarefa é necessário atentar para o tempo escolar e exercer uma mediação pedagógica consciente. (CONSELHOS ESCOLARES, CAD 4, p. 45-47)

Ao propor a organização do Ensino Fundamental em ciclos com atividades formais e informais, tem-se em mente, entre outros pressupostos o respeito ao tempo e às necessidades individuais do aluno, entendido como sujeito da sua própria aprendizagem, como também, a necessidade de atender a anseios e ritmos diferenciados, as suas características a seu modo de relacionar com os outros e com o mundo a sua volta, respeitando-os.

O maior referencial quanto ao tempo do aluno é ele mesmo. Ao incorporá-lo como um todo no processo de ensino – aprendizagem poderá melhor explorar as suas experiências de vida (re)elaborando - as no espaço coletivo, buscando assim, a inclusão e a recuperação das defasagens de aprendizagem.

Trabalham-se duzentos dias letivos e nove dias escolares de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes de Bases da Educação) e Decreto Municipal (publicado anualmente);

respeitando a carga horária exigida por lei de 833h 20 m. Acrescentam-se a essa carga horária curso de informática aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, como atividade extracurricular.

O calendário escolar (anexo B) é feito coletivamente respeitando-se as datas pré-definidas pela Secretaria Municipal de Educação. Há a Comissão de Acompanhamento do Calendário Escolar composta por representantes de pais, de funcionários e presidida pelo diretor da Escola, é responsável pelo acompanhamento da efetivação do calendário anual homologado pela Inspectora Escolar e pela aprovação das alterações propostas pela Escola no decorrer do ano.

O dia-a-dia e ao mundo do trabalho é ponto primordial para uma aprendizagem significativa. Também, surge a importância da interdisciplinaridade na organização escolar. O que se busca com isso é, de modo geral, o estabelecimento de uma intercomunicação efetiva entre as disciplinas, por meio de enriquecimento das relações entre elas.

Diante dessa necessidade é preciso que se garantam jornadas com tempo para estudo (planejamento coletivo), leitura e discussão entre professores, diretor pedagógico, especialista, onde além de promover a integração entre os educadores promoverá a interdisciplinaridade.

A carga horária diária oferecida aos alunos é de 4h30; onde estão inclusas as aulas de Ensino Religioso, Educação Física (1º ao 9º ano), e Inglês (5º ao 9º ano) ministradas por professores especializados. Neste momento os professores responsáveis pelas turmas dos ciclos da alfabetização e complementar têm horário disponível para planejamento, acompanhados pela supervisora pedagógica, enquanto os Educadores IB, que trabalham com os anos finais do ensino fundamental, possuem duas horas-aula semanais de planejamento, já estão inclusos em sua carga horária, utilizados também para estudo e avaliação do processo de aprendizagem.

Àqueles alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem são oferecidas atividades de apoio pedagógico em horário contra - turno. Para isso, são organizados grupos de alunos de acordo com as dificuldades de cada um, que são atendidos por um professor da escola, tendo ainda o funcionamento do Projeto Mobilidade para as turmas do 1º ao 5º ano no qual, uma vez por semana, os alunos são reagrupados no mesmo turno de acordo com seus níveis cognitivos. Já as

oficinas do Programa Fazendo Arte são realizadas em horário extra -turno e ministradas por professores do próprio programa.

A educação continuada dos professores e especialistas constitui uma necessidade básica, dentro de uma proposta coletiva, buscando uma escola democrática, onde o diálogo é permanente, a interação e o convívio social permeiam todo o processo educacional, tornando-o real e significativo; onde os profissionais têm oportunidades de participar de estratégias que assegurem a integração e a intervenção numa educação de qualidade, no seu trabalho cotidiano, tais como:

- Reuniões mensais na SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis) para: diretores, secretário e especialistas da educação.
- Cursos de capacitação oferecidos pela SEMED / CRPE (Centro de Referência dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Educação) ou em parceria com a Superintendência Regional de Ensino, com os PSF's (Postos de Saúde Família).
- Reuniões administrativas mensais na escola para definição e adequação das atividades a serem trabalhadas, troca de experiências, etc.

PROCESSO DE DECISÃO

A gestão democrática é um dos princípios que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu para a educação brasileira e está regulamentada pela LDBNEN nº 9.384/96. A LDB dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE que trata dos diferentes níveis e modalidades da educação escolar, bem como da gestão, do financiamento e da formação e valorização dos profissionais da educação.

O objetivo da gestão democrática da escola pública é contribuir para a participação coletiva. Seja nos processos decisórios, consultivos e deliberativos representados por todos os segmentos da escola, fazendo com que a mesma seja organizada e que funcione de maneira transparente, possibilitando a comunidade escolar participar nas decisões e na execução das ações relativas ao projeto escolar.

A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político pedagógico. Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudanças que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do Estado e não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade e os usuários da escola sejam seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (GADOTTI, 1994, p.2)

A escolha da direção escolar é realizada a cada três anos, através de eleição direta, devendo os candidatos apresentar seu plano de trabalho à comunidade escolar. O processo de eleição é transparente e democrático, de acordo com as regras pré-estabelecidas.

A escola garante a participação da comunidade através de órgão representativo que é o Colegiado Escolar, formado pelos diversos segmentos da mesma, possui caráter deliberativo e consultivo. As reuniões geralmente são mensais, aos participantes é informado as diretrizes pedagógicas e projetos em desenvolvimento. Toda ocorrência agravante da escola é levada ao Colegiado, onde as decisões são compartilhadas e registradas em ata. É também de responsabilidade do Colegiado opinar sobre as verbas e materiais a serem adquiridos pela escola, pois, assim ele tem oportunidade de participar do dia a dia da escola e de todo o seu processo.

Segundo Barreto (2009, p,3), “ a participação da comunidade não pode se limitar a suprir necessidades materiais da escola ou de seus estudantes”, mas considerar que a comunidade pode e deve discutir as políticas de acesso, permanência e também contribuir para a organização curricular da instituição no sentido de possibilitar e reorganizar as tarefas da escola

A direção da escola fica a cargo do diretor escolar, vice-diretor e do diretor pedagógico. Cabe a essa equipe nortear os rumos que a escola deve tomar, bem como estimular seus professores, para aderirem à proposta coletiva, e desenvolverem um ensino de qualidade.

O Caixa Escolar foi criado em Assembléia Geral da Comunidade Escolar, conforme modelo da Resolução de S.E.E. n.º 2289 de 10/03/74, com a função de organizar e manter em ordem a escrituração contábil e financeira da escola. O Conselho Fiscal do Caixa Escolar é eleito em Assembléia Geral e tem a seguinte composição: Presidente (diretor), 01 tesoureiro e 01 suplente, 01 secretário e 01 suplente, 03 fiscais efetivos e 03 suplentes.

Os recursos advindos da Prefeitura Municipal, FNDE, entidades públicas e privadas e das promoções feitas pela própria unidade escolar são discutidos pela comunidade e feito um levantamento das prioridades em reuniões do Colegiado Escolar. Em seguida são feitas três licitações para realização da compra. Uma vez feita, é levada ao conhecimento da comunidade, a prestação de contas. Ela é feita também em reuniões do Colegiado Escolar. O Conselho Fiscal do Caixa Escolar é convocado para as reuniões em que acontecem as prestações e convidado para as outras. O conselho de classe segue as normas estabelecidas no regimento escolar. É um órgão composto por professores e equipe pedagógica que se reúne bimestralmente a fim de refletir e tomar decisões sobre o trabalho educativo desenvolvido com os alunos que apresentam necessidade de acompanhamento individualizado e paralelo.

A Escola pretende viabilizar a criação e funcionamento do Grêmio Estudantil. O Grêmio Estudantil é um espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos. É uma organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. Não tem caráter político-partidário, religioso, racial e também não deverá ter fins lucrativos. As atividades do Grêmio serão supervisionadas pelo Conselheiro (que é um profissional da Educação da escola) escolhido pelo Diretor e / ou alunos.

Um de seus principais objetivos é contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades da escola, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões fazendo com que eles tenham voz ativa e participem junto com pais, funcionários, professores, e diretores da programação e da construção das regras dentro da escola.

RELAÇÕES DE TRABALHO

A Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães, é um dos poucos espaços para a formação social da comunidade e da vivência cultural em que eles têm acesso (Barreto 2009, p 4). Enquanto instituição sentimos necessidade de valorizar esta comunidade trazendo os pais para o nosso convívio, através de reuniões festivas e em momentos individualizados, quando se fizer necessário.

A escola tem como objetivo buscar a integração entre o social, a vivência, o resgate de valores e o conhecimento formal através dos projetos pedagógicos acreditando que na relação entre professor e aluno aconteça o respeito tanto como pessoas que tem experiência diversificadas dentro de uma mesma cultura.

Sendo o professor um mediador na construção do conhecimento do aluno, cujo objetivo é criar situações que desafiem o intelectual promovendo a aprendizagem do aluno, a escola tem como dever incentivar o professor a exercer sua autonomia, a sua função de educador e se atualizar de forma criativa e reflexiva.

Compete à direção escolar administrar e acompanhar o trabalho pedagógico, procurando sempre oferecer meios, para a realização das atividades propostas, além de gerenciar juntamente com a equipe administrativa, toda a parte financeira, os conselhos, funcionários, pais, alunos e comunidade escolar.

O diretor pedagógico e os especialistas devem assessorar os professores ouvindo, orientando e procurando apoiar o grupo nas suas necessidades, buscando através do diálogo e técnicas, ajudar alunos e pais a encontrarem soluções para os problemas detectados. São responsáveis ainda pela coordenação, implantação e implementação na unidade escolar das ações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal da Educação.

A dinâmica do trabalho do professor deve ser construída na relação da valorização do ser, na ética e no respeito recíproco. Cabe ao professor estabelecer e participar do processo de ensino/aprendizagem visando sempre a aquisição do conhecimento do educando, promovendo também um bom relacionamento cooperativo de trabalho

tanto em sala de aula como entre os educadores, resguardando e assegurando os direitos e deveres de todos os envolvidos no processo educacional.

A secretaria escolar serve de suporte ao funcionamento de todos os setores do Estabelecimento de Ensino, proporcionando condições para que os mesmos cumpram suas reais funções, zelando pela identidade e da regularidade da vida escolar do educando, da autenticidade dos documentos escolares, referentes a matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso, como também pela conservação dos bens materiais, juntamente com a equipe gestora.

É de responsabilidade dos pais acompanhar seus filhos no ensino/aprendizagem e de comparecer ao Estabelecimento de Ensino todas as vezes que for solicitados ou convocados. Compete aos alunos seguir as normas vigentes do Estabelecimento de Ensino, como também participar de todas as atividades escolares e de tomar conhecimento de todo o processo ensino/aprendizagem e do seu rendimento escolar.

Acreditamos que o convívio social é a mola mestra que alicerça todo o processo educacional, tornando-o real e significativo. Consideramos a família como uma criação humana mutável, sujeita a determinações culturais e históricas, que se constitui, por um lado, como um espaço de solidariedade, auto-estima, afeto e segurança; e, por outro, como um campo de conflitos, lutas e disputas.

Então, procuramos trabalhar bem próximos a ela, oferecendo apoio e orientações necessárias aos problemas existentes. Oferecendo um diálogo aberto e compreensivo com as famílias, que tem sempre seu espaço em nossa comunidade escolar e, procurando, sempre que possível, trazer a comunidade para a escola através de: palestras, eventos comemorativos, gincana do estudante, atendimento diário e individual aos pais, visitas às famílias, bilhetes, avisos, reuniões de pais e mestres (acontecem bimestralmente para apreciação do desenvolvimento da aprendizagem do aluno), registros de ocorrências com assinatura dos envolvidos, telefonemas, auto-avaliação com os alunos em sala de aula pelos próprios professores e efetivação de parcerias para oferecimento de oficinas (Programa Arte Educação) para os familiares.

As normas gerais da escola são elaboradas coletivamente, envolvendo as equipes administrativa e pedagógica, corpo docente e colegiado (englobando posteriormente

os alunos, na elaboração das regras de suas turmas) tendo como base o Regimento Escolar e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Todos os itens são repassados aos pais em reuniões.

- 36 -
AVALIAÇÃO

Ultimamente, ampliou-se consideravelmente o conjunto de referências sobre as ações e estratégias avaliativas. Sob a perspectiva de uma boa organização escolar, a avaliação da Escola Municipal Doutor Sebastião Gomes Guimarães assume dimensão formadora, se configurando como fonte de informação e coleta de dados, para a formulação de práticas pedagógicas de acordo com suas crenças e intencionalidades para que os resultados esperados sejam alcançados.

A avaliação deve, ainda, contribuir para a formação e valorização profissional. Deve ter caráter participativo, fundamentado em princípios éticos, democráticos, autônomos e coletivos. Após análise e publicação dos resultados da avaliação central, em larga escala, deverá haver definição, pelo poder público, nas três esferas de competência, de políticas públicas que contemplem diretrizes orientadoras para a correção e superação dos limites evidenciados. (DOCUMENTO - REFERÊNCIA; CONAE, 2008, p.27)

Avaliar a aprendizagem do aluno implica, por reciprocidade, a avaliação dos professores e da instituição responsável por esse ensino. Ao detectar problemas na aprendizagem dos alunos, o professor deve considerar falhas em sua prática de ensino. O ensinar e aprender, professor e aluno, são indissociáveis.

Como o objetivo maior da educação é fazer aprender a escola faz uso de um processo avaliativo formativo, qualitativo e contínuo, lançando mão de instrumentos e/ou recursos capazes de fornecer informações, como: trabalhos em equipe, debates, relatórios, desafios, auto-avaliações, seminários, exercícios, além da avaliação diária feita pelos professores.

A avaliação formal, é realizada pelo professor bimestralmente através de atividades, pesquisas e trabalhos em grupos. São realizados também, periodicamente, conselhos de classe, cujas impressões detectadas são trabalhadas pelos professores nos horários de planejamento; a fim de buscar estratégias que minimizem as dificuldades. A família tem acesso ao desempenho escolar do aluno

através do Boletim Escolar, que vai para casa bimestralmente, com registros das notas e faltas.

Os alunos da escola são avaliados pelo SIMAVE, através do PROALFA e do PROEB, e pela PROVA BRASIL. A participação nessas avaliações, nos fornece subsídios para refletirmos sobre a nossa prática pedagógica, perceber avanços e superar limitações. A partir dos resultados, toda a equipe pedagógica se mobiliza na elaboração e efetivação de um plano de ação objetivo e eficaz, buscando atingir as necessidades pedagógicas indicadas.

As atividades avaliativas são definidas com a participação do aluno, em um processo de negociação, para se fazer jus o critério de notas. Estas são distribuídas de acordo com a modificação no ritmo de aprendizagem sem o caráter de registro definitivo e estigmatizador. A análise de resultados obtidos pelos alunos deve ser realizada constantemente e, sempre que possível, contando com a presença da família nesse estudo.

Os estudos de recuperação constituem-se em uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo, quando as dificuldades são diagnosticadas, constituindo nova oportunidade de levar os alunos ao desempenho esperado.

Cabe aos docentes zelar pela aprendizagem, estabelecendo estratégias de recuperação para os alunos de menor desempenho.

No planejamento dos estudos de recuperação, os docentes devem considerar as peculiaridades e necessidades de cada aluno e prever o adequado aproveitamento do tempo destinado às atividades de recuperação. São organizadas diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecidas no decorrer do ano letivo e após o mesmo, através de estudos orientados, orientados presenciais e estudos independentes.

Cabe à direção da Escola, apoiada pelos especialistas de educação, indicar, para cada componente curricular, os professores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação dos alunos beneficiados pelas estratégias de estudos orientados presenciais e estudos independentes. Todo o processo dos estudos independentes, incluindo as avaliações procedidas em cada etapa, deve ser orientado e acompanhado pelo professor responsável e pela equipe pedagógica, com registro próprio.

É preciso ter claro que qualquer aperfeiçoamento e qualquer processo de avaliação passam necessariamente pela discussão da proposta de trabalho da escola; isto é, da orientação pedagógica que deve definir todas as práticas educativas visando a boa formação do aluno como ser social e do educador como parte da equipe.

Avaliar é um ato que nos conduz a novos e diferentes caminhos e realizações. Nesse sentido, no cotidiano do trabalho escolar a avaliação do desempenho dos profissionais deve ser feita freqüentemente, através de auto-avaliação, pontos negativos /positivos e sugestões para os próximos projetos; conversas individuais com os profissionais e registros em atas quando necessário; rodas de conversas com as turmas e professores; nos planejamentos semanais – pontuando com a equipe as dificuldades encontradas e buscando estratégias de melhorias e em reuniões nos dias escolares.

Ressaltamos que o desempenho dos profissionais é avaliado tanto com o administrativo e com o pedagógico no intuito de estimular melhorias, fazendo as intervenções necessárias para a boa efetivação da aprendizagem do aluno e da construção de uma gestão compartilhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a construção do Projeto Político Pedagógico, a escola vivenciou uma intensa movimentação, permeada de momentos de dificuldades, de trocas de experiências, medo, alegrias, e tudo isso veio nos impulsionar a buscar avanços e conquistas.

A maior dificuldade apontada por todos na construção deste projeto foi a adequação de tempos e espaços coletivos. Ampliar a participação da comunidade de pais também foi uma dificuldade a ser superada bem como estimular a participação de toda a comunidade escolar no processo de construção do Projeto Político Pedagógico possibilitando que todos tenham vez e voz

Este trabalho ratifica que a Escola Municipal Dr. Sebastião Gomes Guimarães é um espaço aberto onde todos são estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes coisas e ações, de modo que aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles todo o tempo. Assim, como resultado de um esforço contínuo, solidário e paciente, Gadotti (1994), pode-se operar a grande mudança por meio das pequenas, numa certa direção.

Sem a pretensão de concluir, é preciso entender que o projeto pedagógico é caracterizado como ação consciente e organizada. O projeto deve romper com o isolamento dos diferentes segmentos da instituição educativa e com a visão burocrática, atribuindo-lhes a capacidade de problematizar e compreender as questões postas pela prática pedagógica. (VEIGA, 2003, p.279).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá, ESCOLA DE GESTORES – MEC. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação.** 2009. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 12/07/10.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996.

DOCUMENTO-REFERÊNCIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação** - Dezembro/2008.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Avaliação Institucional: a avaliação da escola como instituição.** Texto disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 25/06/10.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Avaliação como instrumento para a gestão democrática na educação.** Texto disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 20/06/10.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica – O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas.** MEC/FNUAP, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Projeto Político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em 20/06/10.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação como Instrumento para a Gestão Democrática.** Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII).

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2009. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20/06/10.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: **Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**; Ministério da Educação. Cad. 4, Brasília, 2004.

SOUSA, Sandra M. Zákia L.: **Avaliação Institucional: elementos para discussão.** In: O Ensino Municipal e a Educação Brasileira, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo: SME, 1999. Texto disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 15/07/10.

SOUZA, Ângelo Ricardo [et al.]. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária. Gestão e avaliação da educação escolar.** Ed. da UFPR, 2005, p.17- 22. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 23/07/10.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza... [et al.]. **Avaliação Institucional: a avaliação da escola como instituição.** 2009. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23/07/10.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencatro. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória.** Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003, 279, Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>; acesso em: 21/06/10.

Anexos

CALENDRÁRIO - 2010 - Ensino Fundamental e Educação Infantil																											
Escola Municipal "Dr. Sebastião Gomes Guimarães"																											
JANEIRO				FEVEREIRO				MARÇO				ABRIL															
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24
24	25	26	27	28	29	30	28							28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	31
Escolar = 00	Letivo = 00	Escolar = 01	Letivo = 16	Escolar = 02	Letivo = 21	Escolar = 00	Letivo = 16	Escolar = 02	Letivo = 19																		
MAIO				JUNHO				JULHO				AGOSTO															
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30				24	25	26	27	28	29	30	29	30	31				
30	31						Escolar = 00	Letivo = 21	Escolar = 00	Letivo = 12	Escolar = 01	Letivo = 21															
SETEMBRO				OUTUBRO				NOVEMBRO				DEZEMBRO															
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30					26	27	28	29	30		
Escolar = 01	Letivo = 21	Escolar = 02	Letivo = 16	Escolar = 00	Letivo = 21	Escolar = 02	Letivo = 12	Escolar = 02	Letivo = 12																		

LEGENDA					
	Início e término do ano escolar		Férias		Dia da Família na Escola - Lei nº 7097/09
	Início e término do ano letivo		Dia escolar		Feira Cultural
	Recessos e feriados		Dia escolar reservado à SEMED		Dia Nacional da Consciência Negra - Lei. 10.639/03
	Dia Letivo		Festa Junina		Letivo - Projeto de Leitura / "Minha Cidade Lê"
	Congresso Municipal de Educação		Eleição de Diretores		

< 1º SEMESTRE >		< 2º SEMESTRE >		TOTAL GERAL	
Dias Escolares	Dias Letivos	Dias Escolares	Dias Letivos	Dias Escolares	Dias Letivos
04	109	06	91	10	200

Assinatura / Carimbo Divinópolis, Janeiro/2010													
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

E. M. "DR. SEBASTIÃO GOMES GUIMARÃES"
CICLO DE FORMAÇÃO BÁSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dias letivos anuais: 200
Semanas letivas anuais: 40
Recreio: 20 min diários

Duração do turno: 1º Ciclo e 2º Ciclo (1º ano) - 4 h e 25 min
2º Ciclo (2º e 3º ano) e 3º Ciclo - 4 h e 45 min

Legenda
HS - Horas semanais
CHA - Carga horária anual

CONTEÚDOS CURRICULARES		1º CICLO (Fase Inicial, 1º, 2º, 3º e 4º anos)								2º CICLO (5º, 6º, 7º e 8º anos)							
		HS	CHA	HS	CHA	HS	CHA	HS	CHA	HS	CHA	HS	CHA	HS	CHA		
BASE NACIONAL COMUM	Lin. Portuguesa/Literatura	5:00	200:00	5:00	200:00	5:00	200:00	5:00	200:00	4:10	166:40	4:10	166:40	4:10	166:40	4:10	166:40
	Matemática	5:00	200:00	5:00	200:00	5:00	200:00	4:10	166:40	4:10	166:40	4:10	166:40	4:10	166:40	4:10	166:40
	Geografia	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00
	História	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00
	Ciências	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00	2:30	100:00
	Educação Física	1:40	66:40	1:40	66:40	1:40	66:40	1:40	66:40	1:40	66:40	1:40	66:40	1:40	66:40	1:40	66:40
PARTE DIVERSIFI-CADA	Educação Religiosa	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20
	Artes	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20
	L.E.M. - Inglês	1:40	66:40	1:40	66:40	1:40	66:40	1:40	66:40
	Geometria	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20	0:50	33:20
TOTAL		20:50	833:20	20:50	833:20	20:50	833:20	20:50	833:20	21:40	866:40	21:40	866:40	21:40	866:40	21:40	866:40

OBSERVAÇÕES: 1 - A História e a Cultura Afro-Brasileira será integrada à História e Geografia: Lei 10639/03
2 - Estudos sobre direitos Humanos integrados à História: Lei nº 12.767/98
3 - A Educação Ambiental será integrada à Ciências: Lei nº 9.795/99
4- Educação fiscal permeará todas as Áreas do Conhecimento. Lei Municipal Nº 6526/2007
Divinópolis, 01 de Dezembro de 2009

Coordenadora

Visto do(a) Inspetor(a)

